



Comissão Especial de Licitação <celsupelro@gmail.com>

Impugnação Pregão Eletrônico Nº. 570-2021-CEL-SUPEL-RO

1 mensagem

Luan@crengenharia.eng.br <Luan@crengenharia.eng.br>

29 de dezembro de 2021 12:55

Para: celsupelro@gmail.com, getec@sesdec.ro.gov.br

Prezados da Comissão de Licitação.

Venho através desta entrar com Impugnação Pregão Eletrônico Nº. 570-2021-CEL-SUPEL-RO.

Desde já contamos com as providências.

Atenciosamente,

Luan Ronaldo Carrão

Engenheiro Eletricista

CREA-PR: 186736/D

Tel: (41) 98701-6387

**Impugnacao Pregao Eletronico N. 570-2021-CEL-SUPEL-RO-V1.0 (1) (1).pdf**

240K

Colombo, 30 dezembro de 2021.

AO

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) E COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO COMISSÃO
ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL/SUPEL-Estado de Rondônia**

Ref.: Pregão Eletrônico Nº. 570/2021/CEL/SUPEL/RO,

Processo Administrativo: 0037.408802/2019-65.

A Cr Engenharia E Instalacoes Eletrica Ltda, situada na rua Rua Feres Felipe Daher, 40 – Roça Grande Colombo, CEP 83.402-385, Colombo – PR, inscrita no CNPJ sob nº 35.501.547/0001-57, aqui representada pelo Sócio, **Luan Ronaldo Carrão, CREA-PR: 186736/D**, vem respeitosamente à vossa presença, com fundamento na lei nº 8.666/93, respeitosa e tempestivamente, com fulcro no artigo 4º, incisos XVIII e seguintes da Lei 10.520/2002, bem como item 36.1 do Edital supra referenciado, à presença de Vossa Senhoria, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, Pregão Eletrônico Nº. 570/2021/CEL/SUPEL/RO, Processo Administrativo: 0037.408802/2019-65, Processo 1175/2021, apresentando a seguir, suas razões de fato e de direito:

I- DA TEMPESTIVIDADE

Conforme preconizam a legislação relativa às licitações, especialmente a Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, em seu artigo 41, § 2º, prevê o prazo de dois dias úteis, contados antes da data fixada para abertura da sessão pública, como prazo para impugnação ao edital quando o impugnante é licitante.

O edital, em conformidade com a lei, prevê referido termo em seu item 36.1, ao estipular prazo de 72 horas para eventuais impugnações.

Desta forma, considerando que a sessão pública será realizada no dia 10/11/2021, o prazo

para impugnação do edital será até 05/10/2021, portanto absolutamente tempestiva a apresentação das razões de impugnação nesta data.

Reitera-se, ainda, que o impugnante é licitante, cujo interesse na participação no certame pode ser verificado pela mera observância de seu objeto social.

II- BREVE RELATO DOS FATOS

O presente procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, realizará licitação, para

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, software de análise e inteligência, configuração, manutenção e suporte técnico, para implantação do sistema de videomonitoramento na cidade de Porto Velho (área urbana e rural) com pontos de extensão na cidade de Nova Mamoré e Guajará Mirim, denominado com Perímetro Tático de Segurança Eletrônica, com capacidade de captura de placa de veículos (OCR), transmissão e processamento eletronicamente das imagens e informações de deslocamentos veiculares nos pontos de coleta, com fornecimento de todos os equipamentos necessários para o seu pleno funcionamento, contemplando serviços técnicos de instalação, implantação e serviço de manutenção corretiva e preventiva com suporte técnico na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana). A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por meio do Pregoeiro nomeado na Portaria nº 173/2021/SUPEL-CI. Torna público aos interessados e em especial às empresas que retirar amo instrumento convocatório, que o edital do certame e seus anexos sofreram alterações por meio do Adendo SESDEC-FUNESP (0022902222) o qual foi devidamente publicado no site da SUPEL e Comprasnet. Ficando REAGENDADA a data de abertura para o **dia 07/01/2022 às 10h00min (HORÁRIO DEBRASILIA)**. Endereço Eletrônico: www.rondonia.ro.gov.br/supel; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h:30min. às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel. Outras informações através do telefone: (69) 3212-9269, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO com critério de julgamento **menor preço global**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Da análise dos termos edilícios, verificam-se algumas falhas relativas à exigibilidade de requisitos técnicos desnecessários, restringindo a concorrência.

Ao entendimento do licitante, ora Impugnante, as referidas falhas são verdadeiras

ilegalidades praticadas pela Administração Pública, afrontando, ainda, os princípios que regem as licitações e contratos administrativos, especialmente o princípio da isonomia, conforme será melhor exposto adiante.

III- DA EXIGÊNCIA DESARRAZOADA POR PARTE DO ÓRGÃO LICITANTE EVIDENTE DIRECIONAMENTO DO EDITAL – OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

1. Inicialmente, cumpre informar que no edital:
 - a) Apesar do objeto contratado demandar obras e serviços de engenharia, o processo licitatório não contemplou um projeto executivo, para atender aos detalhamentos de uma execução desta envergadura técnica, com cronogramas, memorial descritivo e obras civis e correlatas, dessa forma, a falta de algumas informações, prejudica a elaboração de propostas mais ajustadas e consequentemente mais vantajosas à administração pública, para atender aos itens do edital.
 - b) Mesmo com a visita técnica existem outros documentos elaborados na fase preparatória da licitação, com maior nível de detalhes, não foram disponibilizados no intuito de auxiliar os licitantes para elaboração de uma proposta mais adequada, para atender ao edital.
 - c) Salvo melhor juízo, ao analisarmos tecnicamente o edital, verificamos que o mesmo, sinaliza para adoção de um único sistema disponível no mercado, uma vez que as informações disponíveis no termo de referência, fazem cópia fiel à um data sheet (ficha de dados) de um fabricante específico, dessa forma será aceito na proposta o uso de outro software com funções e características semelhantes, consta no termo de referência.

Vejamos:

“PAG 34/111, SEI/ABC - 0022258399 - Termo de Referência, **COMPOSIÇÃO DO SISTEMA PONTOS DE COLETA OCR E PONTO DE COLETA DE IMAGEM E MONITORAMENTO –**

**Item 01 - SOFTWARE DE ANÁLISE E
INTELIGÊNCIA ATUALIZADO COM
LICENÇA PERPETUA COM: SERVIDOR
DE GERÊNCIA E BANCO DE DADOS DO
SOFTWARE DE ANÁLISES E
INTELIGÊNCIA; SERVIDOR DE**

ARMAZENAMENTO (STORAGE) DO SOFTWARE DE ANÁLISES E INTELIGÊNCIA; SISTEMA ININTERRUPTO DE ENERGIA (NOBREAK) PARA SERVIDOR DE APLICAÇÃO E ARMAZENAMENTO; RACK DE TELECOMUNICAÇÕES; SWITCH”

E na Pagina 43, no Item 1.1 SOFTWARE DE ANÁLISES E INTELIGÊNCIA . Como prática consultar ao menos 05 empresas.

- d) Ainda para a integração qual a versão do software digifort, deve ser aceita uma solução similar com as mesmas características, para atender a este, ai se restringe também um outro único produto. Aqui está implícito, ferindo o princípio da competitividade.
- a) “3.11.1.11 NA INTEGRAÇÃO COM CFTV EXISTENTE DIGIFORT
- b) 3.11.1.11.1 O sistema proposto deverá possibilitar a imediata integração com o CFTV existente (Fabricante do Software de CFTV existente: Digifort): ”.

Considerando que a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, software de análise e inteligência, configuração, manutenção e suporte técnico, para implantação do sistema de videomonitoramento, é uma atividade principal do Objeto licitado,

Considerando que o serviço de videomonitoramento , é a atividade Fim do certame.

A falta de de um projeto básico **e ainda indicação para uma única solução, software de análise e inteligência,** QUANDO EXISTEM NO MERCADO OUTROS SOFTWARES QUE ATENDAM PERFEITAMENTE AS DEMANDAS DE SEGURANÇA EM QUESTÃO, **É UMA CONDUTA QUE NÃO PODE PREVALECER.**

Haja vista que a implantação do sistema de videomonitoramento, nestes termos, restringe sobremaneira a participação dos licitantes, gerando notável **PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

FRISO QUE O ELEGER UMA MARCA DE SOFTWARE ESPECÍFICA, SOMENTE EMPRESAS CREDENCIADAS AO FABRICANTE PODEM PARTICIPAR, o que gera prejuízos à administração Pública, já que existem disponíveis no mercado soluções mais econômicas e mais avançadas tecnologicamente do que a solução eleita.

Dessa forma, manter o Edital da maneira como está ofenderia até mesmo ao princípio da legalidade, que garante o direito de participação de QUALQUER INTERESSADO, sem que haja qualquer restrição, nos estritos termos da Lei.

PEDIDOS

Por todo o exposto, a Licitante, em respeito aos princípios norteadores da licitação requer:

- a) A imediata suspensão do processo licitatório até o julgamento da presente impugnação.
- b) O julgamento da procedência desta impugnação com a republicação do edital com as devidas correções e redesignação de abertura nos termos expostos:
- c) O encaminhamento à superior instância administrativa caso sejam mantidas caso sejam mantidas as condições atuais do instrumento convocatório.

Por fim informa-se que caso sejam mantidas as ilegalidades apontadas, a presente impugnação será encaminhada ao Ministério Público, seguida de acompanhamento presencial para despacho, bem como ao tribunal de contas, e imprensa local na forma do artigo 113 parágrafo Primeiro, da lei 8666/1993, sendo tomadas todas as medidas judiciais cabíveis.

Diante destes expostos, reforçamos a solicitação de alteração do edital, e a consequente revisão dos seus termos, possibilitando que várias empresas possam participar deste processo licitatório, com soluções diferentes da solução eleita, e que atendam perfeitamente as demandas de segurança comuns também a outros órgãos, estados e municípios, atingindo assim os fins primários da Licitação.

Dessa forma, aguardamos um parecer deste tão estimado órgão no sentido de atender a nossa solicitação.

Atenciosamente,

Luan Ronaldo Carrão

CREA-PR: 186736/D CNPJ: 35.501.547/0001-55

Telefone: (41) 98701-6387 E-mail: Luan@crengenharia.eng.br